ISSN 0103-7013
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Dossiê ou Artigo Científico **dx.doi.org/10.7213/psicolargum.**

ΨPSICOLOGIA Argumento

PUCPRESS

periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento

Estilos de apego na infância e repercussões no exercício da parentalidade: uma revisão de escopo

Attachment styles in childhood and repercussions on the exercise of parenthood: a scoping review

Estilos de apego en la infancia y repercusiones en el ejercicio de la parentalidad: una revisión de alcance

---

Larissa Ramos Pessoa [a]
Recife, PE, Brasil
[a] Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS)

Maria Eduarda Peixoto Mendes [b]
Recife, PE, Brasil
[b] Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS)

Aline Angélica Pedrosa Campello [C]
Recife, PE, Brasil
[c] Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS)

Eduardo Falcão Felisberto da Silva. [D]
Recife, PE, Brasil
[D] Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS)

PESSOA, L. R.; MENDES, M. E. P.; CAMPELLO, A. A. P.; SILVA, E. F. F. Estilos de apego na infância e repercussões no exercício da parentalidade: uma revisão de escopo. Psicologia Argumento, 2026.

[a] Graduanda em Psicologia pela FPS, e-mail: plarissaramos@gmail.com
[b] Graduanda em Psicologia pela FPS, e-mail: dudapeixotom@gmail.com
[c] Mestre em Educação em Saúde, e-mail: alinecampello28@gmail.com
[d] Mestre em Educação em Saúde, e-mail: eduardo.falcao@fps.edu.br

RESUMO

Introdução: A Teoria do Apego, de John Bowlby, propõe que as representações construídas na infância, como os modelos internos de funcionamento, tendem a persistir e a influenciar o exercício da parentalidade, sobretudo pela sensibilidade parental e pela função reflexiva. A literatura, porém, concentra-se em populações específicas e em estudos transversais, com pouca produção brasileira atualizada. Objetivo: mapear as evidências sobre a relação entre os estilos de apego vivenciados na infância e o exercício da parentalidade na vida adulta. Método: revisão de escopo conforme o PRISMA-ScR e o JBI, com buscas no PubMed, BVS e SciELO. Resultados: de 151 registros, seis estudos, de cinco países, foram incluídos. Experiências afetivas positivas com os cuidadores associaram-se a maior sensibilidade e responsividade parental, e o apego inseguro apareceu como vulnerabilidade sob condições específicas de estresse, não como preditor direto de prejuízo. Um estudo com amostra clínica apontou o papel pouco investigado da figura paterna, e três estudos ocidentais não discutiram aspectos culturais. Conclusão: as representações de apego parecem continuar a operar na parentalidade, o que reforça a relevância de intervenções sobre a história de apego dos pais e a necessidade de pesquisas brasileiras atualizadas.

Palavras-chave: Apego ao Objeto; Poder Familiar; Relação entre Gerações; Relações Familiares.

ABSTRACT

Introduction: Bowlby's Attachment Theory holds that representations formed in childhood, such as internal working models, tend to persist and influence parenting, mainly through parental sensitivity and reflective functioning. However, the literature focuses on specific populations and cross-sectional designs, with little up-to-date Brazilian research. Objective: To map the evidence on the relationship between childhood attachment styles and parenting in adulthood. Method: Scoping review following PRISMA-ScR and JBI guidelines, with searches in PubMed, BVS, and SciELO. Results: Of 151 records, six studies from five countries were included. Positive affective experiences with caregivers were associated with greater parental sensitivity and responsiveness, and insecure attachment appeared as a vulnerability under specific stress conditions, not as a direct predictor of impairment. One study with a clinical sample pointed to the under-investigated role of the father figure, and three Western studies did not discuss cultural aspects. Conclusion: Attachment representations appear to

continue operating in parenting, reinforcing the relevance of interventions on parents' own attachment histories and the need for up-to-date Brazilian research.

Keywords: Object Attachment; Parenting; Intergenerational Relations; Family Relations.

RESUMEN

La teoría del apego de Bowlby sostiene que las representaciones construidas durante la infancia, como los modelos internos de funcionamiento, tienden a persistir e influir en el ejercicio de la parentalidad, principalmente a través de la sensibilidad parental y la función reflexiva. Sin embargo, la literatura se concentra en poblaciones específicas y en estudios transversales, con poca producción brasileña actualizada. El objetivo fue mapear las evidencias sobre la relación entre los estilos de apego experimentados durante la infancia y el ejercicio de la parentalidad en la vida adulta. Se realizó una revisión de alcance siguiendo las directrices PRISMA-ScR y las recomendaciones del JBI, con búsquedas en PubMed, BVS y SciELO. De los 151 registros identificados, se incluyeron seis estudios de cinco países. Las experiencias afectivas positivas con los cuidadores se asociaron con una mayor sensibilidad y capacidad de respuesta parental, mientras que el apego inseguro apareció como una vulnerabilidad bajo condiciones específicas de estrés, y no como un predictor directo de perjuicio. Un estudio con una muestra clínica señaló el papel poco investigado de la figura paterna, mientras que tres estudios occidentales no abordaron los aspectos culturales. Las representaciones del apego parecen seguir influyendo en la parentalidad, lo que refuerza la relevancia de las intervenciones centradas en la historia de apego de los padres y la necesidad de investigaciones brasileñas actualizadas.

Palabras clave: Apego a Objetos; Responsabilidad Parental; Relaciones Intergeneracionales; Relaciones Familiares.

1. Introdução

John Bowlby, psicólogo e psiquiatra britânico, formulou a Teoria do Apego buscando compreender a natureza dos vínculos emocionais que os seres humanos estabelecem ao longo da vida, postulando que a tendência de construir laços afetivos íntimos constitui um componente básico da natureza humana. (Bowlby, 1989). Em sua obra seminal Uma Base Segura (1989), o autor define o comportamento de apego como qualquer forma de conduta que resulta em uma pessoa alcançar ou manter proximidade com outro indivíduo identificado como mais capaz de lidar com o mundo. Embora esse comportamento tenha caráter episódico e apresente desaparecimentos temporários, a teoria busca explicar também os vínculos duradouros estabelecidos, os quais permanecem restritos a um número muito pequeno de pessoas. Para tanto, o conceito-chave da teoria reside no sistema comportamental. Para explicar a dinâmica desse sistema, Bowlby (1989) faz uma analogia com o funcionamento físico do corpo humano. Assim como o organismo regula automaticamente funções vitais, como a temperatura corporal ou a pressão arterial, para mantê-las em níveis saudáveis (homeostase), o apego opera como um regulador comportamental de segurança. O objetivo desse sistema é manter a relação com o cuidador dentro de limites aceitáveis de distância e acessibilidade. Caso essa distância segura seja ultrapassada, o sistema é ativado para restabelecer a proximidade, garantindo a proteção e sobrevivência do indivíduo em momentos de vulnerabilidade. (Bowlby, 1989).

A partir dessa auto regulação homeostática da segurança, Mary Ainsworth desenvolveu o conceito de base segura (secure base), cujas raízes teóricas foram inspiradas pela teoria de segurança de seu antigo mentor, William Blatz (Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 2015). Ainsworth propôs que, quando o bebê se sente seguro e seu sistema de apego está em baixa ativação, ele ganha liberdade interna para acionar outro sistema biológico essencial: o de exploração do ambiente (Ainsworth et al., 2015). Estabelece-se, assim, um equilíbrio dinâmico entre apego e exploração, no qual a criança utiliza o cuidador como um porto seguro de onde pode se afastar temporariamente para brincar e aprender (Ainsworth et al., 2015). No entanto, se surgir alguma ameaça ou se a distância limite for ultrapassada, essa estabilidade é rompida: o sistema de apego é imediatamente reativado, fazendo com que o bebê interrompa a exploração e retorne à sua base para recuperar a segurança e o conforto físico (Ainsworth et al., 2015).

A consolidação dessas experiências diárias e repetidas de base segura estabelece as bases para o desenvolvimento cognitivo da criança, permitindo a construção gradual de representações mentais duradouras sobre si e sobre as figuras de cuidado (Dalbem & Dell'Aglio, 2005). Essas estruturas,

denominadas por John Bowlby como Modelos Internos de Funcionamento (Internal Working Models — IWM), operam como representações internas construídas a partir de experiências reais de apego (Bowlby, 1989). Elas reúnem expectativas sobre a acessibilidade e a responsividade do cuidador, definindo também o valor que a criança atribui a si mesma: quando o cuidador é sensível e presente, a criança desenvolve a certeza de que o outro é confiável e de que ela própria é merecedora de amor (Dalbem & Dell'Aglio, 2005). Conforme destacam Ramires e Schneider (2010), essa segurança emocional vivenciada no apego precoce é o que abre caminho para o desenvolvimento da mentalização e da função reflexiva, a capacidade de compreender as próprias emoções e interpretar com clareza as intenções, crenças e sentimentos das pessoas ao seu redor (Ramires & Schneider, 2010). Uma vez consolidadas na infância, essas representações mentais passam a operar de forma automática, guiando as expectativas e os padrões de relacionamento do indivíduo ao longo de todo o ciclo vital (Bowlby, 1989; Dalbem & Dell'Aglio, 2005).

Ainsworth e colaboradores identificaram três padrões organizacionais primários de apego na infância, cada um associado a diferentes formas de resposta do cuidador aos sinais do bebê (Ainsworth et al., 2015). O Apego Seguro (Grupo B) caracteriza crianças cujos cuidadores são prontamente disponíveis, sensíveis e responsivos, o que lhes confere segurança para explorar o ambiente (Ainsworth et al., 2015). O Apego Inseguro-Ansioso/Resistente (Grupo C) é observado quando a disponibilidade do cuidador é inconsistente, gerando ansiedade e hiperativação do apego (Ainsworth et al., 2015). Já o Apego Inseguro-Evitativo (Grupo A) desenvolve-se quando o cuidador rejeita sistematicamente os pedidos de proximidade, levando a criança a inibir defensivamente a expressão de suas necessidades afetivas (Ainsworth et al., 2015). Posteriormente, ao investigarem amostras clínicas e de alto risco, Mary Main e Judith Solomon identificaram um quarto padrão: o Apego Desorganizado/Desorientado (Grupo D), caracterizado pela ausência de uma estratégia comportamental coerente de regulação emocional, frequentemente associado a vivências de maus-tratos ou a traumas não elaborados pelas figuras de cuidado (Dalbem & Dell'Aglio, 2005).

Essas experiências precoces não se restringem à infância: os modelos internos de funcionamento tendem a persistir e a se atualizar ao longo do desenvolvimento, organizando padrões relacionais que se expressam na vida adulta e no exercício da parentalidade (Dalbem & Dell'Aglio, 2005). Com o objetivo de investigar como essas representações operam no adulto, Carol George, Nancy Kaplan e Mary Main desenvolveram a Entrevista de Apego do Adulto (Adult Attachment Interview/AAI), um instrumento estruturado que avalia a organização das memórias de infância e o

estado mental atual do indivíduo em relação às suas figuras de apego (Ramires & Schneider, 2010). A partir da análise da coerência das narrativas, descreve-se um padrão Livre/Autônomo (Seguro), marcado por relatos integrados e reflexivos, e três padrões inseguros: o Desapegado (Evitativo), caracterizado por minimização das necessidades afetivas; o Preocupado (Ansioso), manifesto em narrativas confusas e emocionalmente sobrecarregadas; e o Inconformado/Desorganizado, associado a perdas ou traumas não resolvidos (Dalbem & Dell'Aglio, 2005; Ramires & Schneider, 2010).

Um aspecto central nessa transição para a vida adulta é o deslocamento do foco comportamental para o representacional (Ramires & Schneider, 2010). Conforme destacam Ramires e Schneider (2010), a segurança do apego adulto é melhor apreendida pela análise das estruturas dos modelos internos de funcionamento, as quais direcionam não apenas comportamentos visíveis, mas também a atenção, a memória e o processamento cognitivo nos relacionamentos. Dessa forma, o elemento determinante para a qualidade do apego na maturidade não é unicamente o histórico bruto das vivências com os cuidadores, mas a maneira como essas experiências foram processadas, organizadas e ressignificadas internamente (Ramires & Schneider, 2010).

O exercício da parentalidade compreende o conjunto de comportamentos, práticas e atitudes que pais e mães desenvolvem na relação com seus filhos, com o objetivo de cuidar, educar e promover o seu desenvolvimento. Na literatura, esse conjunto é nomeado de formas diversas, como práticas parentais, práticas educativas e cuidados parentais, refletindo a complexidade e a multiplicidade de dimensões que envolvem o comportamento parental (Macarini et al., 2010). A forma como o adulto exerce essa parentalidade não emerge do nada (Bowlby, 1989). As experiências de apego vivenciadas na própria infância deixam representações internas duradouras que continuam a operar na vida adulta, influenciando diretamente a maneira como o indivíduo se relaciona com seus filhos (Dalbem & Dell'Aglio, 2005). Bowlby (1989) demonstrou que a forma como o cuidador foi tratado em sua infância é um dos fatores que mais influenciam o estilo parental que ele adota, sendo que o apego seguro vivenciado tende a se expressar com maior sensibilidade e responsividade ao filho (Bowlby, 1989).

Nesse processo, a sensibilidade parental emerge como mecanismo central. O estado mental do cuidador em relação ao apego, ou seja, a forma como ele representa e processa suas próprias experiências afetivas precoces determina em grande medida sua capacidade de perceber, interpretar e responder adequadamente aos sinais emocionais da criança. Cuidadores capazes de refletir sobre suas

experiências passadas de forma coerente tendem a oferecer respostas mais sensíveis e sintonizadas às necessidades do filho (Bowlby, 1989; Ramires & Schneider, 2010). Esse mecanismo é compreendido na literatura contemporânea através dos conceitos de mentalização e função reflexiva, desenvolvidos por Fonagy e colaboradores. A função reflexiva refere-se à capacidade de perceber a si próprio e aos outros como seres psicológicos, levando em consideração estados mentais subjacentes aos comportamentos. Segundo Ensink et al. (2015), o funcionamento reflexivo desenvolve-se primeiramente na relação de apego pais-filhos, permitindo que a criança construa uma percepção de si e uma identidade coerente (Ensink et al., 2015).

A capacidade de mentalização dos pais tem papel central não apenas no desenvolvimento emocional da criança, mas também na transmissão intergeracional do apego. Pais que conseguem mentalizar suas próprias experiências traumáticas ou adversas da infância têm menor risco de transmitir padrões inseguros aos filhos. Em contrapartida, quando essa capacidade está comprometida, os pais tornam-se mais vulneráveis a reproduzir, de forma inconsciente, os padrões relacionais que vivenciaram (Ensink et al., 2015; Ramires & Schneider, 2010). Estudos empíricos têm evidenciado como esses padrões se expressam nas práticas cotidianas: Becker e Crepaldi (2025) identificaram que adultos com memórias afetivas positivas de apego tendem a reproduzir com os filhos demonstrações de afeto baseadas em contato físico, encorajamento verbal e presença ativa, práticas associadas à sensibilidade parental característica do apego seguro, enquanto práticas coercitivas e punitivas mostram-se transmitidas intergeracionalmente a partir de vivências de apego inseguro (Becker & Crepaldi, 2025).

Embora a relação entre apego e parentalidade seja reconhecida na literatura há décadas, a produção científica sobre o tema ainda apresenta importantes lacunas metodológicas. Observa-se variabilidade na medição do apego, predominância de delineamentos transversais e concentração em populações clínicas e de risco do hemisfério norte. Além disso, no contexto brasileiro, a produção empírica sobre transmissão intergeracional do apego ainda é escassa, o que dificulta a compreensão das especificidades culturais que permeiam o exercício da parentalidade (Dalbem & Dell'Aglio, 2005; Risi et al., 2021). Constata-se ainda a concentração dos estudos em fatores negativos de saúde mental, com poucos exames de construtos positivos de bem-estar parental, como mindfulness, autocompaixão e mentalização, construtos que apresentam potencial teórico para explicar dimensões ainda não exploradas da transmissão intergeracional (Risi et al., 2021).

Diante dessas lacunas, justifica-se a realização de uma revisão de escopo. Diferentemente das revisões sistemáticas voltadas para questões de eficácia ou causalidade, a revisão de escopo é indicada para mapear a extensão da produção existente sobre um tema, identificar os tipos de evidências disponíveis, os delineamentos metodológicos e as populações investigadas (Arksey & O'Malley, 2005). Esse tipo de revisão permite não apenas sistematizar o conhecimento sobre a influência dos estilos de apego no exercício da parentalidade, mas também evidenciar o que ainda precisa ser investigado, oferecendo uma base sólida para pesquisas futuras e para a formulação de intervenções mais contextualizadas.

Diante do exposto, a questão norteadora que orienta esta revisão é: como os estilos de apego vivenciados na infância influenciam o exercício da parentalidade na vida adulta? Para responder a esse questionamento, o presente estudo tem como objetivo geral mapear as evidências científicas acerca da relação entre os padrões de apego vivenciados na infância e suas repercussões no exercício da parentalidade na vida adulta. De modo específico, busca-se identificar se o apego seguro está associado a práticas parentais mais sensíveis e responsivas, analisar de que forma os padrões de apego inseguro (ansioso, evitativo e desorganizado/preocupado) se relacionam a comportamentos parentais de risco, como a superproteção, a baixa responsividade e as dificuldades no estabelecimento do vínculo, bem como investigar de que maneira os aspectos culturais interferem e modificam a relação entre o apego vivenciado na infância e a vivência da parentalidade na maturidade.

2. Metodologia

O presente estudo configura-se como uma revisão de escopo, conduzida conforme as diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR) e as recomendações metodológicas do Joanna Briggs Institute (JBI). Esse modelo foi escolhido por sua adequação ao mapeamento amplo da literatura, sendo indicado quando o objetivo é identificar e sistematizar as evidências disponíveis sobre um tema, mapear seus conceitos centrais e identificar lacunas do conhecimento, sem a pretensão de sintetizar dados para fins de recomendação clínica.

A construção da pergunta norteadora seguiu o framework PCC, amplamente recomendado para revisões de escopo, sendo definida da seguinte forma: como os estilos de apego vivenciados na infância influenciam o exercício da parentalidade na vida adulta? Os elementos do framework foram estruturados da seguinte maneira: população, representada por adultos no exercício ativo da

parentalidade; conceito, compreendido como os estilos de apego e a teoria do apego; e contexto, referente às práticas parentais e ao exercício da parentalidade.

2.1 Critérios de elegibilidade

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: estudos com participantes adultos no exercício da parentalidade ou, no caso de estudos com mais de uma geração, com ao menos uma geração exercendo a parentalidade; artigos que abordassem estilos ou teoria do apego; pesquisas que relacionassem experiências de apego, vínculo ou cuidado vivenciadas na infância do adulto com o exercício da parentalidade na vida atual, contemplando a transmissão intergeracional da parentalidade; publicações nos idiomas português, inglês ou espanhol; artigos publicados entre 2006 e 2026; e disponibilidade de texto completo gratuito.

Como critérios de exclusão, foram definidos: estudos com foco exclusivo na perspectiva da criança, sem analisar o impacto nas práticas parentais do adulto cuidador; estudos cujo desfecho não fosse o exercício da parentalidade do adulto (práticas, sensibilidade, vínculo ou interação com o filho), como os que avaliam apenas a condição clínica do filho ou a correspondência de apego entre pais e filhos; artigos que não possuem o apego como construto ou referencial teórico; teses, dissertações, livros e revisões teóricas desprovidas de dados empíricos; artigos sem disponibilidade de texto completo gratuito; publicações fora do recorte temporal definido; e artigos identificados em duplicata entre as bases de dados consultadas. Considerou-se texto completo gratuito aquele acessível sem pagamento ou assinatura.

2.2 Fontes de informação

A busca foi realizada em três bases de dados eletrônicas: PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), as quais constituíram as únicas fontes de identificação de estudos consultadas, não tendo sido realizadas buscas manuais em listas de referências, literatura cinzenta ou outras fontes. Os descritores utilizados foram: Apego ao Objeto, Poder Familiar, Relação entre Gerações e Relações Familiares. A última busca no PubMed e na BVS foi realizada em maio de 2026, e na SciELO em junho de 2026.

2.3 Estratégia de busca

No PubMed, a estratégia combinou termos MeSH e termos livres em título e resumo (tiab): ((“Attachment Behavior”[MeSH] OR “Object Attachment”[MeSH] OR “Bowlby”[tiab] OR “attachment style”[tiab] OR “attachment theory”[tiab] OR “adult attachment”[tiab] OR “attachment history”[tiab])) AND ((“Parenting”[MeSH] OR “Parenting Styles”[tiab] OR “Parental Behavior”[tiab] OR “Parent-Child Relations”[MeSH])) AND ((“intergenerational”[tiab] OR “childhood experiences”[tiab] OR “early experiences”[tiab] OR “history of care”[tiab] OR “caregiving history”[tiab])), com filtros para publicações entre 2006 e 2026 e disponibilidade de texto completo, resultando em 71 referências.

Na BVS, utilizou-se a estratégia (apego OR attachment) AND (parentalidade OR parenting) AND (intergeracional OR intergenerational), com filtros de texto completo disponível e assunto principal restrito às categorias relação entre gerações, relações mãe-filho e relações pais-filho, resultando em 47 referências.

Na SciELO, utilizou-se a estratégia ((apego OR attachment OR Bowlby) AND (parentalidade OR parenting OR “poder familiar”)), com aplicação de filtros para artigos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol, resultando em 33 referências.

O total de referências identificadas nas três bases somou 151 registros.

2.4 Processo de seleção

A seleção dos estudos foi realizada em duas etapas, com registro em planilhas padronizadas. Dos 151 registros identificados, 14 duplicatas entre PubMed e BVS foram removidas por conferência manual dos títulos entre as duas revisoras, restando 137 registros para triagem. Na primeira etapa, os registros foram avaliados por título e resumo, com aplicação dos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, e classificados como incluídos, excluídos ou pendentes de avaliação ("a verificar"), com registro das justificativas. Nessa etapa, 93 registros foram excluídos: 71 por título e resumo, 19 por não disporem de texto completo gratuito e 3 por estarem fora do recorte temporal.

Na segunda etapa, os 44 registros restantes foram lidos na íntegra para avaliação de elegibilidade, e os classificados como "a verificar" foram revisados pelas duas revisoras, a fim de assegurar a concordância na classificação final. Ao final, 38 registros foram excluídos por não

atenderem aos critérios de elegibilidade, resultando em 6 estudos incluídos na síntese. O estudo de Weber, Selig, Bernardi e Salvador (2006), com três gerações, foi mantido por haver ao menos uma geração exercendo a parentalidade. O fluxo detalhado e as justificativas das exclusões estão presentes no fluxograma PRISMA 2020 (Figura 1), na seção de Resultados.

2.5 Processo de coleta de dados

A extração de dados dos artigos incluídos foi realizada por meio da leitura na íntegra de cada estudo e da extração estruturada das informações em formulário padronizado, construído previamente pelas pesquisadoras com base nos critérios e objetivos da revisão. Artigos publicados em idiomas distintos do português foram traduzidos, mantendo-se a interpretação e o julgamento sobre o conteúdo sob responsabilidade exclusiva das pesquisadoras.

2.6 Lista de dados

As informações extraídas de cada estudo incluído compreenderam: autoras/es e ano de publicação; país e idioma; objetivo do estudo; delineamento metodológico; características da amostra; estilos de apego e práticas parentais investigados, bem como os instrumentos utilizados para sua avaliação; aspectos culturais ou contextuais discutidos pelos autores na interpretação dos resultados e conclusões.

2.7 Métodos de síntese

A síntese dos resultados foi realizada de forma narrativa e descritiva, conforme recomendado pelo JBI e pelo PRISMA-ScR para revisões de escopo, não envolvendo sumarização estatística ou meta-análise. Os estudos incluídos foram organizados e analisados de acordo com as características metodológicas identificadas, os estilos de apego investigados e os achados relativos ao exercício da parentalidade, sendo apresentados em duas tabelas: a Tabela 1, com as características metodológicas, amostrais e contextuais, e a Tabela 2, com as variáveis avaliadas, os instrumentos e os principais achados, para permitir a comparação entre os estudos.

2.8 Declaração de Uso de Inteligência Artificial

Foi utilizada a versão gratuita da ferramenta Claude (Anthropic) para apoio na organização e formatação das planilhas de triagem, na conferência das contagens numéricas do fluxograma e na sugestão de ajustes de redação para maior coesão e clareza do texto. As ferramentas Google Tradutor e NotebookLM para tradução de artigos publicados em idiomas distintos do português. A finalidade do uso restringiu-se a tarefas de organização, conferência numérica, tradução e revisão de coesão textual. Todo o conteúdo produzido com apoio dessas ferramentas foi revisado e validado pelas autoras, que assumem integral responsabilidade pelo conteúdo do manuscrito, em conformidade com as diretrizes do Committee on Publication Ethics (COPE) e da rede SciELO.

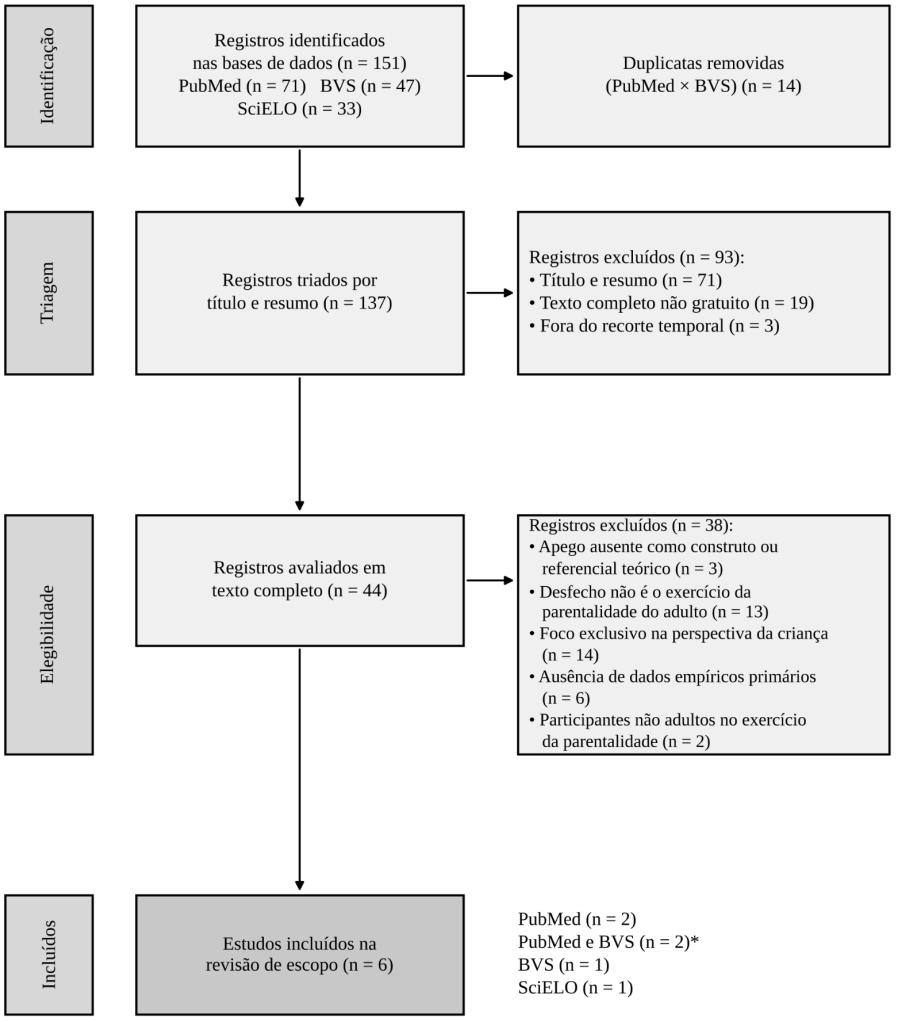
2.9 Aspectos Éticos

Por se tratar de revisão de escopo baseada em dados publicados, o estudo não envolveu coleta direta de dados com seres humanos, dispensando submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

3. Resultados

Foram identificados 151 registros nas três bases de dados consultadas (PubMed, n = 71; BVS, n = 47; SciELO, n = 33). Após a remoção de 14 duplicatas entre PubMed e BVS, 137 registros foram triados por título e resumo, e 93 foram excluídos: título e resumo (n = 71), texto completo não gratuito (n = 19) e fora do recorte temporal (n = 3). Dos 44 registros avaliados em texto completo, 38 foram excluídos por não atenderem aos critérios de elegibilidade: apego ausente como construto ou referencial teórico (n = 3), desfecho que não é o exercício da parentalidade do adulto (n = 13), foco exclusivo na perspectiva da criança (n = 14), ausência de dados empíricos primários (n = 6) e participantes não adultos no exercício da parentalidade (n = 2). Mattheß et al. (2024) e Iscanoglu, Erden-Basaran e Poehlmann (2025), localizados nas duas bases, foram contabilizados uma única vez. Ao final, 6 estudos foram incluídos (Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma de seleção dos estudos, conforme o modelo PRISMA 2020.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa (2026).

NOTA: * Estudos identificados nas duas bases (Mattheß et al., 2024; Iscanoglu et al., 2025), contados uma única vez.

Os seis estudos incluídos foram publicados entre 2006 e 2025, com a maior parte deles (cinco) concentrada no período de 2022 a 2025. Foram conduzidos em cinco países: dois nos Estados Unidos (Julian, Bernard, Handelzalts, Menke, & Muzik, 2022; Cao, Zhou, & Leerkes, 2023) e um em cada um dos seguintes países: Alemanha (Mattheß et al., 2024), Turquia (Iscanoglu et al., 2025), Japão (Shiraishi, Murakami, Goto, & Kitamura, 2022), e Brasil (Weber et al., 2006). Cinco estudos foram publicados em inglês e um em português. Quanto ao delineamento, predominaram os estudos transversais, em número de quatro (Mattheß et al., 2024; Julian et al., 2022; Shiraishi et al., 2022;

Weber et al., 2006), havendo ainda um estudo longitudinal (Cao et al., 2023) e um estudo qualitativo (Iscanoglu et al., 2025). O estudo de Weber et al. (2006) combinou abordagens quantitativa e qualitativa. Entre os estudos quantitativos ou mistos, a modelagem por equações estruturais foi a estratégia analítica mais utilizada, presente em três dos cinco (Mattheß et al., 2024; Shiraishi et al., 2022; Cao et al., 2023). A caracterização metodológica, amostral e contextual dos estudos está na Tabela 1, e as variáveis avaliadas, os instrumentos e os principais achados, na Tabela 2.

Tabela 1 - Caracterização metodológica, amostral e contextual dos estudos incluídos.

Estudo (Autor, Ano)	País	Objetivo Principal	Desenho Metodológico	Amostra e Contexto do Estudo
Cao et al. (2023)	Estados Unidos	Examinar a associação entre a socialização emocional não suportiva na infância e a autoeficácia parental da mãe ao lidar com o estresse do filho, testando a mediação do apego adulto.	Quantitativo longitudinal (da gestação aos 2 anos da criança) / Modelagem SEM.	259 mães primíparas e seus filhos (toddlers) oriundas de amostra comunitária no sudeste dos EUA.
Iscanoglu et al. (2025)	Turquia	Explorar as representações de apego (scripts de base segura) de mães encarceradas e seus reflexos na parentalidade.	Qualitativo exploratório / Análise temática com completamento de histórias (ASCT).	79 mães encarceradas vivendo com seus filhos de 1 a 3,5 anos em unidades prisionais com berçário (Mother-Baby Units) na Turquia.
Julian et al. (2022)	Estados Unidos	Analisar o impacto da negligência infantil materna no vínculo (bonding) mãe-bebê e a moderação pelo apego adulto inseguro.	Quantitativo transversal / Análise de Regressão Hierárquica.	88 mulheres no primeiro ano pós-parto acompanhadas em serviços ambulatoriais de psiquiatria perinatal.
Mattheß et al. (2024)	Alemanha	Avaliar a transmissão transgeracional das experiências de apego maternas na infância para a interação atual mãe-bebê e a moderação da função reflexiva.	Quantitativo transversal / Modelagem de Equações Estruturais (SEM) e análise de moderação.	113 díades mãe-criança (0 a 36 meses) recrutadas em amostra clínica em centros de saúde mental e psiquiatria perinatal.
Shiraishi et al. (2022)	Japão	Investigar o papel do apego adulto com o parceiro como mediador na transmissão intergeracional dos estilos de criação de filhos.	Quantitativo transversal / Modelagem de Equações Estruturais (SEM).	1.084 pais (385 pais e 699 mães) de crianças de 0 a 10 anos atendidos em clínicas de pediatria geral no Japão.
Weber et al. (2006)	Brasil	Investigar a transmissão intergeracional de estilos e práticas educativas parentais ao longo de três gerações.	Descritivo quanti-qualitativo / Comparação de médias (Mann-Whitney U) e análise de discurso.	21 mulheres pertencentes a 7 famílias (tríades: avós, mães e filhas).

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa (2026).

NOTA: ASCT = Attachment Story Completion Task; SEM = Structural Equation Modeling (Modelagem de Equações Estruturais).

Tabela 2 - Mapeamento das variáveis avaliadas, instrumentos de coleta e resultados dos estudos incluídos.

Estudo (Autor, Ano)	Conceitos / Variáveis Mapeadas	Instrumentos de Coleta Utilizados	Principais Achados Relacionados à Transmissão Intergeracional
Cao et al. (2023)	Socialização emocional na infância; Apego adulto (Esquiva/Ansiedade e Coerência); Autoeficácia parental; Afeto negativo do filho.	Coping with Children's Negative Emotions Scale (CCNES); Adult Attachment Interview (AAI); Experiences in Close Relationships (ECR); Tarefas gravadas.	A socialização emocional não suportiva na infância associou-se a maior esquiva e ansiedade de apego adulta. A esquiva de apego associou-se a menor autoeficácia da mãe no manejo do estresse do filho especificamente sob contextos de alto afeto negativo da criança.
Iscanoglu et al. (2025)	Scripts de apego de base segura; Experiências adversas na infância; Representações de parentalidade em contexto prisional.	Attachment Story Completion Task (ASCT); Análise de conteúdo temática das narrativas.	Alta prevalência de scripts de apego inseguro/ desorganizado e memórias de negligência/violência (especialmente paterna). Apesar do trauma intergeracional, as mães expressaram consciência e desejo de oferecer um cuidado afetuoso e protetor.
Julian et al. (2022)	Negligência/Abuso na infância; Insegurança no apego adulto; Vínculo pós-parto (Bonding).	Adverse Childhood Experiences (ACE); Experiences in Close Relationships Scale (ECRS); Postpartum Bonding Questionnaire (PBQ).	A insegurança no apego adulto moderou a relação entre o histórico de negligência na infância e os prejuízos no vínculo pós-parto: mães negligenciadas na infância tiveram maior dificuldade de vínculo com o bebê apenas quando tinham alta insegurança no apego adulto.
Mattheß et al. (2024)	Experiências de apego na infância (Afeto, Rejeição, Negligência); Função Reflexiva (RF); Disponibilidade Emocional.	Adult Attachment Interview (AAI / AAI-RF); Emotional Availability Scales (EAS).	Experiências passadas de afeto e negligência, especialmente relacionadas ao pai na infância, associaram-se diretamente a interação mãe-bebê atual (sensibilidade/hostilidade). A função reflexiva geral não atuou como moderadora.
Shiraishi et al. (2022)	Estilos de criação (Cuidado e Superproteção); Apego adulto com parceiro (Modelo de si/outro).	Parental Bonding Instrument (PBI); Relationship Questionnaire (RQ).	O apego adulto seguro mediou a transmissão do cuidado afetuoso dos avós para a parentalidade atual. A transmissão da superproteção não foi mediada pelo apego, mas a combinação do cuidado de ambos os avós associou-se à superproteção dos pais na geração seguinte.
Weber et al. (2006)	Práticas educativas e estilos parentais (Afeto, Envolvimento, Regras, Punição Inadequada, Comunicação).	Adult Attachment Interview (AAI); Escalas de Qualidade de Interação Familiar (EQIF).	A transmissão intergeracional foi confirmada em 91,7% dos casos. Houve descontinuidade positiva entre a 1ª e a 3ª geração, com aumento da comunicação positiva e do envolvimento afetivo materno em relação ao modelo autoritário tradicional.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa (2026).

NOTA: AAI = Adult Attachment Interview; AAI-RF = Adult Attachment Interview - Reflective Functioning; ACE = Adverse Childhood Experiences; ASCT = Attachment Story Completion Task; CCNES = Coping with Children's Negative Emotions Scale; EAS = Emotional Availability Scales; ECR/ECRS = Experiences in Close Relationships Scale; EQIF = Escalas de Qualidade de Interação Familiar; PBI = Parental Bonding Instrument; PBQ = Postpartum Bonding Questionnaire; RQ = Relationship Questionnaire; SEM = Structural Equation Modeling.

Eixo 1: Apego seguro e sensibilidade/responsividade parental

Mattheß et al. (2024), por meio de modelagem por equações estruturais, encontraram que experiências de afeto (Loving) vivenciadas pelo cuidador com a própria figura paterna associaram-se a maior sensibilidade materna e a menores níveis de hostilidade e intrusividade, avaliados pela Emotional Availability Scales (EAS). Os autores relataram que a associação do afeto paterno com a sensibilidade materna foi mais forte do que a do afeto materno.

Shiraishi et al. (2022) verificaram que o cuidado (care) recebido dos avós associa-se diretamente ao cuidado parental exercido atualmente pelos participantes, e identificaram que essa associação é mediada pelo apego adulto seguro, operacionalizado por meio dos modelos positivos de self e de outro mensurados pelo Relationship Questionnaire.

Weber et al. (2006), em estudo trigeracional, encontraram confirmação de transmissão intergeracional em 91,7% das variáveis analisadas. Nas três dimensões em que a transmissão não se confirmou, relacionamento afetivo, envolvimento e comunicação positiva com a mãe, os autores relataram que a mudança observada entre as gerações ocorreu na direção de maior afeto e proximidade.

Eixo 2: Apego inseguro (ansioso, evitativo, desorganizado) e padrões de risco no exercício da parentalidade

Cao et al. (2023), em delineamento longitudinal com modelagem de mediação-moderação, encontraram que o apego evitativo (mensurado por autorrelato) esteve associado a menor autoeficácia materna no manejo da angústia do filho, e especificaram que essa associação ocorreu apenas quando a criança apresentava alta negatividade emocional.

Julian et al. (2022) verificaram, por meio de análise de moderação, que um escore composto de insegurança de apego (dimensões ansiosa e evitativa combinadas) moderou a relação entre negligência sofrida pela mãe em sua própria infância e dificuldades de vínculo (bonding) no período pós-parto, de modo que a negligência só se associou a prejuízo no bonding quando combinada a níveis elevados de insegurança.

Iscanoglu et al. (2025), a partir da análise qualitativa de narrativas de mães encarceradas obtidas pelo Attachment Story Completion Task (ASCT) adaptado, identificaram ausência de base segura nos relatos, padrões consistentes com apego preocupado/ansioso (autoculpa, raiva prolongada, vergonha) e indicadores associados a apego desorganizado, como exposição prévia à violência e ao abuso.

Shiraishi et al. (2022) encontraram ainda que a transmissão intergeracional de superproteção parental ocorreu de forma direta, sem mediação do apego adulto.

Eixo 3: Interferência de aspectos culturais na relação entre apego vivenciado na infância e exercício da parentalidade

Shiraishi et al. (2022) recorreram ao conceito japonês de amae, definido pelos autores como o desejo culturalmente valorizado de ser amado e de depender de figuras de autoridade, para interpretar o achado de que a superproteção parental se transmite entre gerações de forma direta, sem mediação do apego adulto, diferentemente do cuidado (care), cuja transmissão depende dessa mediação.

Iscanoglu et al. (2025) discutiram, a partir de uma perspectiva feminista declarada pelos próprios autores, como normas patriarcais da cultura turca atravessam tanto as narrativas de apego das mães encarceradas quanto a dinâmica parental relatada, exemplificado pelo primeiro story-stem (cenário do suco derramado), no qual as mães são consistentemente retratadas como responsáveis pela resolução do problema, enquanto os pais aparecem como indiferentes ou ausentes.

Weber et al. (2006) atribuíram as exceções à transmissão intergeracional encontradas em seu estudo (relacionamento afetivo, envolvimento e comunicação positiva com a mãe) a mudanças socioculturais ocorridas no Brasil ao longo das décadas, caracterizadas pela transição de um modelo parental mais autoritário e hierárquico, predominante entre as décadas de 1930 e 1960, para um modelo mais comunicativo e centrado na criança a partir das décadas de 1970 e 1980.

Nos demais estudos incluídos (Mattheß et al., 2024; Julian et al., 2022; Cao et al., 2023), conduzidos em amostras de países ocidentais, não foram identificadas discussões dos autores sobre aspectos culturais como fator interpretativo dos resultados encontrados.

4. Discussão

Os seis estudos incluídos nesta revisão de escopo, conduzidos em cinco países e com delineamentos predominantemente transversais, convergem para sustentar que as representações de apego construídas a partir das experiências de cuidado vivenciadas na infância parecem continuar a operar no exercício da parentalidade. Esse conjunto de achados é compatível empiricamente com o pressuposto teórico de Bowlby (1989) sobre a persistência dos modelos de trabalho internos ao longo do desenvolvimento.

Os achados de Mattheß et al. (2024), Shiraishi et al. (2022) e Weber et al. (2006) sustentam, em conjunto, que experiências afetivas positivas com os próprios cuidadores associaram-se a maior sensibilidade e cuidado no exercício atual da parentalidade. Chama atenção, contudo, que apenas Mattheß et al. (2024) tenha operacionalizado diretamente o construto de mentalização, por meio da Função Reflexiva (FR) mensurada pela Adult Attachment Interview (AAI), conforme proposto por Ensink et al. (2015). Os demais estudos mapeados por esta revisão não acessaram esse mecanismo, tratando a transmissão intergeracional do apego de forma mais descritiva do que processual. Nesse único estudo, porém, a função reflexiva geral não atuou como moderadora da relação entre as experiências de apego e a interação atual mãe-bebê. Assim, embora teoricamente central (Ensink et al., 2015), a função reflexiva permanece pouco testada empiricamente, e o único teste incluído nesta revisão não confirmou efeito moderador.

Um achado isolado merece atenção: em uma amostra clínica de 113 díades mãe-criança na Alemanha, Mattheß et al. (2024) observaram que o afeto recebido do pai na infância associou-se mais fortemente à sensibilidade materna atual do que o recebido da mãe. Por se tratar de um único estudo, com mães em acompanhamento em saúde mental, o resultado não permite generalizações, mas indica um papel pouco investigado da figura paterna, a ser testado em amostras comunitárias.

Os achados de Cao et al. (2023) e Julian et al. (2022) indicam que a insegurança de apego não opera como preditor linear e direto de prejuízo na parentalidade, mas como fator de vulnerabilidade que se expressa sob condições específicas, como a alta negatividade emocional da criança ou o histórico de negligência materna, aproximando-se de um modelo de diátese e estresse. Já o estudo de

Iscanoglu et al. (2025), conduzido com mães encarceradas, ilustra o extremo do espectro de insegurança e desorganização do apego, reforçando, ainda que com generalização limitada dada a especificidade da amostra, a associação entre adversidade não elaborada e dificuldades no exercício da parentalidade.

Apenas três dos seis estudos incluídos (Shiraishi et al., 2022; Iscanoglu et al., 2025; Weber et al., 2006) discutiram explicitamente fatores culturais na interpretação de seus resultados. Os três restantes (Mattheß et al., 2024; Julian et al., 2022; Cao et al., 2023), todos conduzidos em amostras ocidentais, não problematizam esse aspecto. Esse padrão constitui, em si, um achado relevante desta revisão, pois sugere, entre os estudos incluídos, uma tendência universalista nas amostras ocidentais, em contraste com a contextualização cultural que emerge justamente nos estudos do Japão, da Turquia e do Brasil incluídos. Esse resultado reforça o argumento já levantado por Dalbem e Dell'Aglio (2005) e por Risi et al. (2021) sobre a concentração da produção científica no hemisfério norte e a escassez de produção culturalmente situada sobre o tema, inclusive no contexto brasileiro.

Esta revisão confirma, dentro do recorte estudado, lacunas já apontadas anteriormente por Risi et al. (2021). Observou-se acentuada heterogeneidade nos instrumentos utilizados para mensuração do apego entre os estudos incluídos, sendo utilizados autorrelato, Emotional Availability Scales, tarefas narrativas e a Adult Attachment Interview (AAI), esta última aplicada de forma central apenas por Mattheß et al. (2024), e de forma mais limitada por Weber et al. (2006), com finalidade qualitativa/ilustrativa, e por Cao et al. (2023), sem associações significativas no modelo final. Constatou-se também a ausência de estudos sobre mindfulness e autocompaixão parentais, e a mentalização foi avaliada em apenas um estudo (Mattheß et al., 2024). Além disso, metade dos estudos incluídos foi conduzida com amostras clínicas ou de risco (Mattheß et al., 2024; Julian et al., 2022; Iscanoglu et al., 2025).

Adicionalmente, o único estudo brasileiro incluído (Weber et al., 2006) tem cerca de duas décadas, o que evidencia uma lacuna de produção nacional atualizada sobre o tema.

Algumas limitações metodológicas desta revisão devem ser consideradas na interpretação dos achados. A busca foi restrita a três bases de dados eletrônicas, sem realização de busca manual em listas de referências ou em literatura cinzenta, o que pode ter resultado na não identificação de estudos relevantes. A revisão restringiu-se ainda a publicações nos idiomas português, inglês e espanhol e com texto disponível gratuitamente, o que levou à exclusão de 19 registros na triagem e pode ter deixado de fora estudos relevantes.

Quanto aos estudos incluídos, o Brasil está representado por um único estudo (Weber et al., 2006), com amostra pequena e não probabilística de 21 mulheres de sete famílias. Além disso, a terceira geração (12 a 25 anos) em parte não exercia a parentalidade, e a AAI foi utilizada apenas de forma qualitativa, o que limita a generalização dos achados para o contexto brasileiro.

Por fim, o protocolo desta revisão não foi registrado em plataforma ou repositório público, e o uso de ferramentas de inteligência artificial no processo, declarado na seção 2.8, limitou-se a tarefas de apoio organizacional, conferência numérica e tradução, sem interferência nas decisões metodológicas.

5. Conclusão

Esta revisão de escopo mapeou as evidências científicas disponíveis sobre a relação entre os estilos de apego vivenciados na infância e o exercício da parentalidade na vida adulta, a partir de seis estudos conduzidos em cinco países. Os achados sugerem que as representações de apego construídas nas relações de cuidado da infância parecem continuar a operar na forma como o adulto cuida de seus filhos. Experiências afetivas positivas com os cuidadores associaram-se a maior sensibilidade e responsividade parental, enquanto o apego inseguro não apareceu como preditor direto de prejuízo na parentalidade, mas como uma vulnerabilidade que se manifesta diante de condições específicas, como o histórico de negligência na infância ou a alta negatividade emocional da criança.

Chamou atenção, ainda, o papel pouco investigado da figura paterna na história de apego das mães. Em um estudo com amostra clínica (Mattheß et al., 2024), o afeto que a mãe recebeu do próprio pai na infância associou-se mais fortemente à sensibilidade materna atual do que o recebido da própria mãe. Por ser um achado isolado, ele precisa ser testado em outras amostras. Observou-se também que apenas os estudos do Japão, da Turquia e do Brasil discutiram aspectos culturais, enquanto os três estudos da Alemanha e dos EUA não o fizeram, o que limita a generalização dos achados para outros contextos.

Esses resultados devem ser lidos com cautela, considerando o número reduzido de estudos, a heterogeneidade dos instrumentos de avaliação do apego, a presença de amostras clínicas ou de risco em metade dos estudos e as limitações metodológicas da própria revisão, descritas na Discussão. Soma-se a isso o fato de que o único estudo brasileiro tem cerca de duas décadas.

Diante dessas lacunas, fica clara a necessidade de pesquisas brasileiras atualizadas, com amostras comunitárias e desenhos longitudinais, capazes de investigar mecanismos protetivos ainda pouco testados empiricamente, como a mentalização e a função reflexiva parental, avaliada em apenas

um estudo incluído. Do ponto de vista aplicado, os achados sugerem que seria pertinente investigar intervenções voltadas à reflexão dos pais sobre sua própria história de apego, e não apenas sobre técnicas de cuidado, como possível caminho para a prevenção da transmissão intergeracional de padrões parentais inseguros.

6. Declaração

Conflito de Interesses: As autoras declaram não haver conflitos de interesse de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica ou financeira relacionados à elaboração deste manuscrito.

Disponibilidade de Dados: Os dados de extração e as planilhas de triagem que fundamentam os resultados desta revisão estão disponíveis mediante solicitação razoável às autoras.

7. Referências

Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E., & Wall, S. N. (2015). *Patterns of attachment: A psychological study of the Strange Situation* (Classic ed.). New York, NY: Psychology Press. https://doi.org/10.4324/9780203758045 (Obra original publicada em 1978)

Arksey, H., & O'Malley, L. (2005). Scoping studies: towards a methodological framework. International Journal of Social Research Methodology, 8(1), 19–32. https://doi.org/10.1080/1364557032000119616

Becker, A. P. S., & Crepaldi, M. A. (2025). Padrões intergeracionais do apego na vivência da parentalidade. Boletim - Academia Paulista de Psicologia, 45(108), 38-46. Epub 07 de novembro de 2025. https://doi.org/10.5935/2176-3038.20250003

Bowlby, J. (1989). Uma base segura: Aplicações clínicas da teoria do apego. Artes Médicas. https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786558821724

Cao, H., Zhou, N., & Leerkes, E. M. (2023). Primiparous mothers' parenting self-efficacy in managing toddler distress: Childhood nonsupportive emotion socialization, adult attachment style, and toddler temperament as antecedents. Emotion (Washington, D.C.), 23(8), 2205–2218. https://doi.org/10.1037/emo0001233

Dalbem, J. X., & Dell'Aglio, D. D. (2005). Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 57(1), 12-24. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672005000100003&lng=pt&tlng=pt

Ensink, K., Fonagy, P., Normandin, L., Berthelot, N., Biberdzic, M., & Duval, J. (2015). O papel protetor da mentalização de experiências traumáticas: implicações quando da entrada na parentalidade. Estilos da Clínica, 20(1), 76-91. https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v20i1p76-91

Iscanoglu, Z., Erden-Basaran, O., & Poehlmann, J. (2025). Secure Bases Behind Bars? Attachment Histories and Parenting Among Incarcerated Mothers Co-residing With Their Toddlers in Türkiye. International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 69(16), 2378–2397. https://doi.org/10.1177/0306624X251357620

Julian, M. M., Bernard, N. K., Handelzalts, J. E., Menke, R. A., & Muzik, M. (2022). Attachment insecurity moderates the link between maternal childhood neglect and postpartum bonding to the infant. Archives of women's mental health, 25(2), 517–520. https://doi.org/10.1007/s00737-021-01163-y

Macarini, S. M., Martins, G. D. F., Minetto, M. F. J., & Vieira, M. L. (2010). Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 62(1), 119-134. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000100013&lng=pt&tlng=pt

Mattheß, J., Koch, G., Keil, T., Roll, S., Berghöfer, A., Ludwig-Körner, C., Schlensog-Schuster, F., Sprengeler, M. K., von Klitzing, K., & Kuchinke, L. (2024). Past attachment experiences, the potential link of mentalization and the transmission of behavior to the child by mothers with mental health problems: cross-sectional analysis of a clinical sample. European Child & Adolescent Psychiatry, 33(6), 1883–1894. https://doi.org/10.1007/s00787-023-02291-9

Ramires, V. R. R., & Schneider, M. S. (2010). Revisitando alguns conceitos da teoria do apego: comportamento versus representação? Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26(1), 25–33. https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000100004

Risi, A., Pickard, J. A., & Bird, A. L. (2021). The implications of parent mental health and wellbeing for parent-child attachment: A systematic review. PloS one, 16(12), e0260891. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0260891

Shiraishi, N., Murakami, M., Goto, Y., & Kitamura, T. (2022). Intergenerational transmission of child-rearing styles mediated by adult attachment: A structural equation model approach. PCN Reports: Psychiatry and Clinical Neurosciences, 1(3), e22. https://doi.org/10.1002/pcn5.22

Weber, L. N. D., Selig, G. A., Bernardi, M. G., & Salvador, A. P. V. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações: Transmissão intergeracional de estilos parentais. Paidéia, 16(35), 407–414. https://doi.org/10.1590/S0103-863X2006000300011

8. Condições/ Diretrizes para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".

O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, de acordo com as regras do template de submissão.

URLs para as referências foram informadas quando possível. Alertamos que a Lista de Referência é critério de recusa ou aceite de artigos.

Os trabalhos podem ser encaminhados em português, inglês ou espanhol. Abreviações oficiais poderão ser empregadas somente após uma primeira menção completa. Deve ser priorizada a linguagem científica para os manuscritos científicos. Afirmações, opiniões e conceitos expressados nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores.

O título, o resumo e as palavras-chave estão em português, em inglês e em espanhol.

O autor garante que os trabalhos submetidos a esta revista são originais e não foram elaborados com violação a quaisquer direitos de terceiros, tendo obtido todas as autorizações necessárias para inclusão de conteúdos complementares, tais como mas não restritos a traduções, ilustrações, quadros e citações, as quais o autor também se compromete a indicar a fonte precisa de onde foram obtidos. O autor ainda declara que os trabalhos não contém declarações difamatórias, que atentem contra moral, bons costumes, código de conduta do Grupo Marista e/ou que viole direitos de propriedade intelectual.

O artigo tem no mínimo 40% de referências bibliográficas dos últimos 5 anos, salvo situações específicas que deverão ser justificadas à Editora-chefe.

Diretrizes para Autores

TIPOS DE ARTIGOS PUBLICADOS

A Revista Argumento recebe artigos originais, ensaios clínicos e artigos de revisão, conforme descrito a seguir.

- Todos os artigos submetidos devem apresentar, além da língua original, uma versão em espanhol e inglês do resumo e palavras-chave.

- Artigos Originais e Ensaios Clínicos (limitado à 30 páginas): desenvolvidos a partir de resultado de pesquisa de natureza empírica, experimental ou conceitual, sua estrutura deve conter: Introdução, Materiais e Métodos, Resultados, Discussão, Conclusão, Referências. O texto deve ser elaborado com até 5 ilustrações. Os ensaios clínicos devem estar registrados em órgão competente e seu número identificado já no resumo. Por ensaio clínico entende-se uma pesquisa que pretende responder uma pergunta sobre a eficácia de determinada intervenção que pode ser com um medicamento, um produto para a saúde, uma vacina, ou no caso da psicologia uma intervenção psicológica; intervenção.

- Artigos de Revisão (limitado à 30 páginas): desenvolvidos a partir de estudos com delineamento definido e baseado em pesquisa bibliográfica sistemática, consistente, com análise crítica e considerações que possam contribuir com o estado da arte (máximo de 5 ilustrações).

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A Revista Argumento solicita que seja enviada uma CARTA, como documento suplementar, contendo os dados a seguir. Todos os itens são OBRIGATÓRIOS.

1. Nome completo, ORCID e as afiliações de todos os autores e o endereço de contato do autor para correspondência (ver item a seguir "folha de rosto identificada").

2. Tipo de material (artigo original, ensaio clínico, artigo de revisão).

3. Explicar porque acreditam que o artigo submetido é adequado para publicação na Revista Argumento, destacando sua relevância e seus aspectos inovadores.

4. Declaração de que o manuscrito submetido representa um material original, que não foi publicado anteriormente e que não está sendo avaliado para publicação em nenhum outro lugar.

5. Deve constar também que os autores são totalmente responsáveis pelo conteúdo do manuscrito.

6. Enviar número do Parecer do CEP, se for o caso.

7. Declaração de que o artigo contém obrigatoriamente NO MÍNIMO 40% de referências bibliográficas dos últimos 5 anos, salvo situações específicas que deverão ser justificadas à Editora-chefe.

8. Em artigos que se utilizam dados para fundamentar sua pesquisa, recomenda-se a disponibilização do dataset (banco de dados) de pesquisa em repositório de dados abertos.

PREPARO DO MANUSCRITO

A Revista Argumento adota AS NORMAS DE CITAÇÃO E REFERÊNCIA DA APA (Publication Manual of the American Psychological Association/ 6ª edição, 2010). Um guia rápido em português pode ser consultado em Adaptação do Estilo de Normalizar de Acordo com as Normas da

APA, disponível em http://www.ip.usp.br/site/wp-content/uploads/2016/10/normalizacao_referencias_APA_6_ed_versão2013.pdf

Para citações, consultar o site: http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/manuais/citacoesnotextoapa.pdf

Também pode ser consultado um breve resumo das normas da APA 6ª edição. Disponível em: http://www.apastyle.org/.

NO PREPARO DO ORIGINAL DEVERÁ SER OBSERVADA A ESTRUTURA A SEGUIR

Enviar Folha de rosto identificada, em arquivo separado, como documento suplementar. Enviar artigo completo, com folha de rosto sem identificação, como documento principal.

1. FOLHA DE ROSTO IDENTIFICADA (como documento suplementar)

1.1. Título do artigo em português (inicial maiúsculo, restante minúsculas – exceto nomes próprios), negrito, fonte e tamanho conforme definidos no template, parágrafo centralizado, subtítulo em letras minúsculas (exceto nomes próprios). Máximo de 15 palavras.

1.2. Título do artigo em inglês e em espanhol, logo abaixo do título em português, (inicial maiúsculo, restante minúsculas – exceto nomes próprios), em itálico, conforme formatação definida no template de publicação. Máximo de 15 palavras.

1.3. Nome completo dos autores, ORCID, vínculo (aluno, professor, pesquisador de linha de pesquisa) e afiliação institucional (nome da instituição para a qual trabalha), cidade, estado, país e e-mail.

2. MANUSCRITO

2.1 RESUMO, ABSTRACT e RESUMEN (PÁGINA 2)

O Resumo, o Abstract e o Resumen devem contemplar os tópicos apresentados na publicação. Exemplo: Introdução, Desenvolvimento, Materiais e Métodos, Resultados, Discussão e Considerações Finais. Deve conter no mínimo 100 e no máximo 250 palavras, em português, em inglês e em espanhol, conforme formatação estabelecida no template.

No caso de ensaios clínicos, o número de registro deve constar antes dos descritores. Na última linha deverão ser indicados os descritores (palavras-chave/keywords/palabras clave). Para padronizar os descritores, solicitamos utilizar os Thesaurus da área de Saúde (DeCS). O número de descritores desejado é de no mínimo 3 e no máximo 5, os quais devem ser representativos do conteúdo do trabalho.

2.2. CORPO DO TEXTO (A PARTIR DA PÁGINA 3

Formatação do texto: seguir o template de publicação.

- Introdução: deve descrever os avanços e trabalhos que embasaram a pesquisa, de maneira concisa, e deve finalizar com uma frase que anuncie claramente os objetivos do estudo.

- Método: deve incluir informações detalhadas sobre o desenho do estudo, o ambiente de pesquisa, participantes, instrumentos, hipóteses, análises estatísticas, registro de ensaio clínico (quando for o caso), aprovação pelo comitê de ética e procedimentos de obtenção de termo de consentimento informado.

- Resultados: devem ser claros; não é permitida a repetição de dados no texto e em tabelas/figuras.

- Discussão: interpretar os resultados e relacioná-los aos conhecimentos existentes, principalmente os indicados anteriormente na introdução. Esta parte deve ser apresentada separadamente dos resultados.

- Conclusão ou Considerações finais: devem limitar-se ao propósito das novas descobertas, relacionando-as ao conhecimento já existente. Utilizar apenas citações indispensáveis para embasar o estudo.

- Agradecimentos: Deve incluir informações sobre bolsas, financiamento e outros tipos de apoio ao estudo. Alguns autores podem desejar prestar agradecimentos a colaboradores que contribuíram de forma significativa para o manuscrito porém não preenchem critérios de autoria. Obter permissão das pessoas citadas é responsabilidade do autor.

- Declaração de conflitos de interesse: Cada autor deve declarar potenciais conflitos de interesse em geral, e não apenas relacionados ao presente estudo. Exemplos incluem empregos/cargos atuais ou passados, verbas de pesquisa recebidas, honorários de palestrante, participação acionária, serviço prestado como consultor ou conselho consultivo de organizações, entre outros. Estudos que, de alguma forma, envolvam empresas farmacêuticas ou outras entidades privadas ou públicas devem descrever claramente o papel dessas organizações no estudo. Além disso, se o estudo, de alguma forma, envolver compostos farmacêuticos, a declaração de conflitos de interesse deve incluir informações sobre quem ou que instituições realizaram as análises estatísticas, além de um e-mail para a possível obtenção do protocolo.

5. LISTA DE REFERÊNCIAS

As referências devem ser limitadas ao menor número possível, sendo o máximo de 30 referências, incluindo neste total até 10% de citações referentes aos próprios autores. No mínimo, 40% do total devem referir-se aos últimos 5 anos. Quando justificados no item 08 (outras informações relevantes) da Carta de Apresentação, estes limites poderão ser revistos pelo Conselho Editorial, por exemplo, nos casos de artigos de revisão histórica. As referências devem ser numeradas consecutivamente na ordem em que aparecem no texto, conforme o sistema da American Psychological Association (APA - 6ª. edição de 2010). Verifique os links indicados no início desta seção.

6. ANEXOS

Utilizar apenas quando contiverem informação original importante ou destaque indispensável para a compreensão de alguma seção do texto. Recomenda-se evitar anexos.

TIPOS COMUNS DE CITAÇÕES NO TEXTO

As citações de autores deverão seguir as normas da APA. Observe, com muita atenção, as normas de citação. Dê sempre crédito aos autores e às datas de publicação de todos os estudos referidos. Todos os nomes de autores, cujos trabalhos forem citados, devem ser seguidos da data de publicação, na primeira vez que forem citados em cada parágrafo. As citações literais com menos de 40 palavras devem ser digitadas normalmente no texto, entre aspas. A pontuação vai antes do fechamento com aspas. O número da página da qual a citação foi retirada deve ser indicado entre parênteses. Citações com 40 ou mais palavras devem ser apresentadas em bloco próprio, sem itálico e sem aspas, em espaço duplo, começando em nova linha, com recuo de espaços da margem, na mesma posição de um novo parágrafo.

A citação direta deve ser exata, mesmo se houver erros no texto original. Se isso acontecer e correr o risco de confundir o leitor, acrescente a palavra [sic], sublinhado e entre colchetes, logo após o erro. A omissão de parte do texto de uma fonte original deve ser indicada por três pontos (...). A inserção de material, tais como comentários ou observações, deve ser feita entre colchetes. A ênfase numa ou mais palavras deve ser feita com fonte sublinhada, seguida de [grifo(s) nosso(s)].

Todas as citações secundárias devem informar a referência original. Evite, no entanto, sempre que possível, utilizar citações secundárias, especialmente quando o autor original pode ser recuperado com facilidade. Todavia, caso seja imprescindível, informe: sobrenome do autor, a data, o nome do autor que faz a citação original e a data da publicação do estudo.

Citação de depoimentos ou entrevistas com sujeitos de pesquisa, com menos de 40 palavras são inseridos no corpo do parágrafo, em itálico e com aspas. Com 40 palavras ou mais devem vir em recuo como citações bibliográficas, porém em itálico.

A Equipe Editorial da Revista Psicologia Argumento recomenda que os autores revisem seu texto, observando a existência de relação entre as seções e subtítulos utilizados. Parágrafos de frase única devem ser evitados pois fragmentam o texto. Salienta-se que os objetivos do estudo devem ser claramente explicitados no início do texto, remetendo à revisão da literatura existente na área e aos procedimentos metodológicos. Todos os autores citados no texto devem ser listados na seção de Referências. Apenas as obras consultadas e mencionadas no texto devem aparecer naquela seção.

Exemplos de citação de artigo de autoria simples

1. Citação literal

O sobrenome do autor é explicitado em todas as citações, indicando o ano e a página conforme exemplo a seguir:

Ex.: “Embora faça parte da natureza, dela o homem diferencia-se por criar suas próprias leis e traçar seu destino” (Boarini, 2000, p. 6).

Ex.: Segundo Boarini (2000) “Embora faça parte da natureza, dela o homem diferencia-se por criar suas próprias leis e traçar seu destino” (p. 6).

2. Citação conceitual

O sobrenome do autor é explicitado em todas as citações, indicando somente o ano conforme exemplo a seguir:

Ex.: Yamamoto (1996), entende que o período entre os anos 1973-74, no Brasil, registra um momento importante na alteração de rumo da política... [mantenha o nome do autor e omita o ano em citações subseqüentes dentro de um mesmo parágrafo]

Obs.: Independentemente do número de autores da obra, sempre que houver uma citação literal, esta deve vir acompanhada do(s) nome(s) do(s) autor (es), ano e página(s).

Exemplos de citação de artigo de autoria múltipla

1. Dois autores

Una os sobrenomes em uma citação com múltiplos autores no texto corrente pela palavra "e". Em material apresentado entre parênteses, em tabelas e cabeçalho de figuras e na lista de referências, ligue os nomes com o símbolo "&".

Ex.: (autores como parte no texto): Para Klein e Linhares (2007) as características da gravidade de saúde neonatal estão relacionadas com análise das trajetórias do desenvolvimento das crianças prematuras.

Ex.: (autores que não fazem parte do texto). As características da gravidade de saúde neonatal estão relacionadas com análise das trajetórias do desenvolvimento das crianças prematuras (Klein & Linhares, 2007).

2. De três a cinco autores

Na primeira citação, o sobrenome de todos autores é citado. Da segunda citação em diante só o sobrenome do primeiro autor é explicitado, seguido de "et al" e o ano.

Ex.: (autores como parte no texto): Os fatores ambientais para Silva, Santos e Gonçalves (2006) podem dar diferentes formatos ou moldar aspectos do comportamento motor na vida do lactente.

Ex.: (autores que não fazem no texto): Os fatores ambientais para podem dar diferentes formatos ou moldar aspectos do comportamento motor na vida do lactente (Silva, Santos, & Gonçalves, 2006).

A partir da segunda vez que ocorrer a citação: Silva et al. (2006) afirmam que (...).

3. Seis ou mais autores

No texto, desde a primeira citação, só o sobrenome do primeiro autor é mencionado, seguido de "et al", exceto se este formato gerar ambiguidade.

Na seção Referências, qualquer que seja o número de autores, todos devem ser relacionados.

Exemplos de citação de trabalho discutido em uma fonte secundária

1. O trabalho usa como fonte um trabalho discutido em outro, sem que o trabalho original tenha sido lido (por exemplo, um estudo de Flavell, citado por Shore, 1982). No texto, use a seguinte citação:

Flavell (citado por Shore, 1982) acrescenta que estes estudantes...

Na seção de Referências informe apenas a fonte secundária, no caso Shore, usando o formato apropriado.

Exemplos de citação de obra antiga reeditada

1. Autor (data da publicação original / data da edição consultada). Ex.: Franco (1790/1946).

ORIENTAÇÕES QUANTO ÀS REFERÊNCIAS

Utilize espaço simples nessa seção, com espaço duplo para separá-las. As referências devem ser citadas em ordem alfabética pelo sobrenome dos autores. Em casos de referência a múltiplos estudos do mesmo autor, utilize ordem cronológica, ou seja, do estudo mais antigo aos mais recentes desse autor. Nomes de autores não devem ser substituídos por travessões ou traços.

A segunda linha de cada referência deve ser recuada em 5 espaços (no Word, formate parágrafo com deslocamento de 0,68 cm). Revise as normas da revista, cuidadosamente, antes de preparar sua lista. Observe que os sobrenomes dos autores são colocados apenas com a primeira letra em maiúsculo.

Exemplos de tipos comuns de referência

1. Relatório técnico

Vieira Filho, N. G. (1997) Prática terapêutica em psicologia clínica: análise do circuito institucional (relatório de bolsa de pesquisa) Brasília: CNPq.

2. Trabalho apresentado em Evento Científico, mas não publicado.

Haidt, J., Dias, M. G. & Koller, S. (1991, fevereiro). Disgust, disrespect and culture: moral judgement of victimless violations in the USA and Brazil. Trabalho apresentado em Reunião Anual (Annual Meeting) da Society for Cross Cultural Research, Isla Verde, Puerto Rico.

3. Trabalho apresentado em Evento Científico com resumo publicado em anais

Oliveira, C. B. E., Araújo, C. M. & Almeida, L. S. (2010). A atuação da Psicologia Escolar na Educação Superior: algumas reflexões [Resumo]. In International Conference Learning and teaching in Higher Education, 1 (p. 108). Évora: Universidade de Évora.

Yamamoto, O. H., Silva, F. L., Medeiros, É. P. & Câmara, R. A. (1999). A configuração da Psicologia no Rio Grande do Norte: formação e prática profissional. [Resumo]. Em Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), Resumos de comunicações científicas. XXIX Reunião Anual de Psicologia (p. 187). Campinas: SBP.

4. Teses ou dissertações não publicadas

Domingues, E. (2001). O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST): contribuições da psicanálise. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

5. Livros

Mello Neto, G. A. R. (2003). Angústia e sociedade na obra de Sigmund Freud. Campinas: Unicamp.

6. Capítulo de livro.

Di Loreto, O. D. M. (2002). Patologia da vida psi cotidiana: o cotidiano na vida de um clínico psi. In M. L. Boarini (Org.), Desafios na atenção à saúde mental (pp. 93-133). Maringá: EDUEM.

7. Livro traduzido, em língua portuguesa

Badinter, E. (1985). Um amor conquistado: o mito do amor materno. (W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Original publicado em 1980).

8. Tradução de um artigo ou capítulo de um livro editado, volume de um trabalho em múltiplos volumes, trabalho republicado

Freud, S. (1996). Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada “neurose de angústia”. In J. Strachey (Ed. e J. Salomão, Trad.), Edição Standart Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Vol. 3, pp. 91-117). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1895).

9. Artigo em periódico científico

Com DOI:

Rauter, C. (2001). Notas sobre o tratamento das pessoas atingidas pela violência institucionalizada. Psicologia em Estudo, 6(2), 3-10.doi: 10.1590/S1413-73722001000200002

Sem DOI:

Boarini, M. L. (2009). A (desconhecida) reforma psiquiátrica em municípios aquém de pequeno porte. Psicologia em Revista, `(1). Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167711682009000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

10. Obras antigas com reedição em data muito posterior

Franco, F. de M. (1946). Tratado de educação física dos meninos. Rio de Janeiro: Agir (Original publicado em 1790).

11. Obra no prelo

Não forneça ano, volume ou número de páginas até que o artigo esteja publicado. Respeitada a ordem de nomes, é a última referência do autor.

Boarini, M. L. (Org.), (no prelo). Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: EDUEM.

12. Autoria institucional

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2010). Dislexia: subsídios para políticas públicas. São Paulo: Autor.

13. Sites da Web

American Pet Products Association. (2011). APPA national pet owners survey 2011-2012. Recuperado de www.americanpetproducts.org/

14. CD-ROM

Tolfo, S. (1999). Trabalho, inovação e participação: um estudo multicase em empresas do setor metal-mecânico do Rio Grande do Sul [CD-ROM]. In Encontro Anual da ANPAD, 23. São Paulo: Portifólio.

15. LEGISLAÇÃO

Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. (2001, 6 de abril). Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado em 20 junho, 2009, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm.

Resolução Nº 196, de 10 de outubro de 1996. (1996, 10 de outubro). Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Ministério da Sáude, Conselho Nacional de Saúde.